

## **TRABALHO, GÊNERO E RAÇA: ESCRAVAS DOMÉSTICAS E OUTRAS CRIADAS NA LITERATURA BAIANA E PERNAMBUCANA**

Maciel Henrique Silva \*

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é articular as imagens construídas pelos escritores baianos e pernambucanos no pós-abolição sobre as escravas domésticas e as criadas em geral, no sentido de flagrar resistências, cotidianos, racializações, solidariedades de gênero e classe entre as trabalhadoras domésticas. Em que medida os escritores constroem imagens verossímeis do cotidiano de mulheres escravas e pobres, e em que medida são criados e instituídos os seus lugares sociais e raciais, são questões permeiam a análise dos textos ficcionais selecionados.

**Palavras-chave:** trabalho – literatura – pós-abolição.

**Abstract:** This paper intends to articulate the picture built by writers from Bahia and Pernambuco during the pos-abolition time about female domestic slaves and other sorts of female servants, willing to find resistances, quotidian, racializations and gender and class solidarity among the domestic servants. How likely are the pictures built by writers about the quotidian of poor and slave women, and in what measure their social and racial places are created and established, these are questions that permeate the analysis of the selected fictional texts.

**Keywords:** Labor, Literature, Pos-abolition.

Registros lidos atentamente pelo historiador enquanto fontes ou indicadores de imaginários coletivos, de idéias e imagens, as obras de ficção são interrogadas de diversos modos. Lugares sociais, tempos e objetivos diversos se entrelaçam na tessitura das narrativas dos ficcionistas, e o cientista social apegado ao factual pode se enredar mais do que o necessário no registro alheio. Alguns escritores, entretanto, esforçam-se muito para atingir o verossímil e convencer o leitor do verismo de suas escrituras. Minha leitura, ao mesmo tempo em que não se submete a busca de factualismos ingênuos, também não perde de vista o referente do “real” que subsiste no texto literário.

Elegi alguns referentes fundamentais para a leitura de romances e memórias escritos nos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no sentido de compreender imaginários sobre escravidão e trabalho, relações de gênero, classe e raça, e como, no âmbito dessas relações, algumas resistências e negociações se insinuam. Os textos selecionados são de autores baianos e pernambucanos que escreveram nos anos finais do

---

\* Professor do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco; Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Agência financiadora: Capes.

Império e início da República, ou sobre esses tempos em tempos mais recentes. Os referentes escolhidos são, para mim, a argamassa que pode unir textos diacrônicos e dispersos.

Da Bahia, escolhi Xavier Marques (*Uma família bahiana*, 1888, e *O feiticeiro*, publicado em 1897 e reeditado em 1922) e Anna Bittencourt (*Longos serões no campo*, anos 1920); de Pernambuco, Mário Sette, (*Seu Candinho da Farmácia*, 1933, e *Os Azevedos do Poço*, 1938); Carneiro Vilela (*A emparedada da Rua Nova*, 1909-1912), e Theotônio Freire, (*Passionário*, 1897). São, portanto, escritores de Províncias/Estados marcados pelas experiências da escravidão, pela exploração de negros e pardos nos eitos e casas-grandes e sobrados.

Os romances escritos no final do século XIX, próximos da extinção da escravidão e escritos quando questões raciais se insinuavam com mais força no discurso cientificista importado dos centros europeus e adaptado às cores locais, merecem uma leitura à parte. A maior ou menor adesão das narrativas ao Naturalismo e ao Romantismo potencializa caminhos distintos de leitura. Carneiro Vilela, formado nas hostes da cientificista Faculdade de Direito do Recife em 1966, era um anticlerical convicto. Nele, fica evidente a construção racializante de seus personagens, cujos fenótipos denunciam traços de caráter.<sup>1</sup> A escrava doméstica de Jaime Favais, o patriarca traído, tem “beijos grossos e sensuais” (VILELA, 2005: 26), e um modo sempre malicioso de agir. A designação racializante “preta”, quando surge, indica a condição escrava da personagem. Situando a trama nos anos 1860, ainda no auge da escravidão, não economiza em mostrar o modo rude com que as serviçais eram tratadas pelos senhores (VILELA, 2005: 41 e 216). Preta servil, meio animal, de um “instinto natural” (VILELA, 2005: 50). Outra escrava, também *preta*, de “faceirice desavergonhada”, tinha “um sorriso de sensualidade lúbrica e alvar.”. Esta escrava doméstica da família do hibridizado baiano (misto das três raças) era habituada a ser despertada com pontapés da senhora, e dormia encolhida numa esteira de periperi “encolhida como uma macaca friorenta” (VILELA, 2005: 215 e 216).

Em Vilela, determinismos raciais, de gênero e de classe, associados, formam a imagem de mulheres negras e mulatas astuciosas, sensuais, fisicamente fortes, como dona Marocas, mulata “meio acaboclada”, caseira e amante de Zé Romão, lavadeira e cozinheira, que salva o investigador Jereba da morte duas vezes (VILELA, 2005: 155 e 166).

---

<sup>1</sup> Reconheço que o próprio Vilela se mostra avesso ao Naturalismo, e tem toques românticos e líricos e sua estética. (VILELA, 2005, p. 200). É mais correto pensar que elementos formais híbridos (românticos e naturalistas) compunham esse romance como tantos outros desse período ambíguo da literatura nacional. É improvável que Vilela passasse infenso ao discurso cientificista e racista da Faculdade de Direito do Recife, onde estudara. Ver (SCHWARCZ, 2002, pp. 141-188).

O romancista folhetinesco, como muitos contemporâneos seus, preocupava-se com a decadência e corrupção dos costumes domésticos e familiares da pátria, e via a ciência e a educação como possibilidades de salvação nacional. Mostrar o declínio de valores sociais no meio urbano escravista do Recife do século XIX serviria como alerta para uma reforma urgente que se contrapusesse aos vícios arraigados desde a escravidão (VILELA, 2005: 188-89).

Em 1897, Theotônio Freire publicou *Passionário*, romance que põe em lados opostos, mas convergentes, as imagens de uma costureira mulata honrada e inocente e de um branco estróina e sensual. O tipo físico da personagem: “rapariga alta, esbelta, de cabelo encaracolado despenhando-se-lhe pelos ombros, cascadeando até os quadris, tez moreno-clara, com uns tons aveludados, (...) formas redondas e rijas, carnação sadia, porejando saúde e seiva.” (FREIRE, 2005: 19). Essa caracterização física da jovem mulata, órfã, a imagem bela de uma mulher nativa, poderia conduzir o leitor a pensar em mais um romance em que os subordinados sociais e raciais têm seus destinos na trama atrelados ao sexo, à luxúria, e eventual desonra. Entretanto, a clássica imagem de um “corpo esculpido em bronze lavado”, de “soberba estátua de romana ou de gaulesa”, retira a cor local, e eleva a heroína para um mundo distante dos trópicos (FREIRE, 2005: 19). A “castidade feroz” da heroína, mal grado sua “inferioridade social” (não racial), e a paixão lasciva do branco diluem fronteiras raciais rígidas. O romancista transfere para a classe a inconveniência de um casamento entre Lúcia e Arthur. Tratar-se-ia de “inconveniência social”.

Uma estética romântica em que as condições objetivas do ambiente social de Lúcia não interferem em sua formação de modo a degenerá-la. A força moralizante do contato com “gente graúda”, de cor branca (FREIRE, 2005: 25), aos poucos, vai consolidando o comportamento virtuoso da jovem. O embranquecimento social suplanta qualquer menção à cor da heroína. De fato, não há negros no romance. Só os mestiços, com sólida formação familiar, e pela educação e contato com pessoas honradas e de condição social superior, são salvos pelo romancista. São os laços de clientelismo e dependência que garantem ao mestiço a ascensão social sonhada. A protagonista é afilhada da mãe de seu futuro esposo (FREIRE, 2005: 32), a quem ela vencerá pela superioridade moral. Idealismo romântico, abstração da realidade, moralismo religioso, fazem de *Passionário* um romance de estética importada, mas com uma tese original: o resgate da mestiça moreno-clara. Formado pela Escola Normal do Rio de Janeiro, o abolicionista Theotônio Freire expõe uma profunda crença na educação e na família como suportes atenuadores de distâncias raciais e sociais da República nascente. O ofício de costureira que, em outros romances, surge como indício de declínio social e de

miséria, aqui, surge como ofício honrado e nobilitante, quando associado a valores burgueses como lar, família, casamento.

Os romances de Xavier Marques *Uma família bahiana*, de 1888, e *O feiticeiro* (publicado originalmente em 1897 com o título *Boto & Cia*), por sua vez, constroem imagens amplas da vida cotidiana e dos costumes das famílias baianas no final do século XIX. O irônico Xavier Marques, homem das camadas médias, em *Uma família baiana*, ri da aristocracia decadente e seus fumos de nobreza. Conta as vicissitudes da família do Coronel Antunes do Lago, oficial da Guarda Nacional, homem tido por honrado, cuja filha é praticamente vendida a um rico fazendeiro paulista, antigo colega de estudos do Coronel. O autor situa a trama em 1854 e meses seguintes, tendo a epidemia de cólera de 1855 surgido para dar ao romance um final meio sem graça.

A decadente família residente na Estrada da Vitória não tinha vasta criadagem: apenas uma criada que cozinhava, lavava, engomava e transmitia recados (MARQUES, 1888: 51). Sobrecarregada, a criada, mulher livre de cor preta, anda sempre mal humorada e resmungando contra os patrões. O autor faz coro com o autor d'*A emparedada* em atribuir malícias, velhacarias, “familiaridade indiscreta”, sensualismo e selvageria aos subordinados. Escrava em Vilela, ou mulher livre em Marques, ambas as criadas têm a mesma caracterização social e racial. A criada da família Lago resmunga como “uma cachorra parida” (MARQUES, 1888: 51), e inocula sensualidade na jovem *yaya*. Em momentos festivos, trabalha excessivamente com “tromba indicativa de zanga” por saber não ter direito aos deliciosos pratos que preparava. A criada resiste como pode: às escondidas, quando família e convidados estão distraídos, bebe direto na boca das garrafas (MARQUES, 1888: 59, 68 e 216). As famílias baianas, no entender de Marques, davam intimidades demais às criadas contratadas, permitindo-lhes contatos nocivos à educação doméstica. A permissiva fidalguia baiana deixava suas filhas “cavaquear familiarissimamente com a criada mazorra e faladeira”, ou seja, com uma pessoa grosseira e incivil (MARQUES, 1888: 121).

O modo arrogante como Marques se reporta à criada, uma “rude serviçal”, não o impede de mostrar as dores de uma costureira parda, filha de uma indigente, e que sustentava a mãe doente com sua freguesia. A mestiça também tem o nome de Lucia, como em Theotônio. Desonrada pelo filho do coronel, a desprotegida costureira não tem a quem recorrer. Com reputação de honrado entre os brancos do poder, o coronel consegue livrar o filho de ter de indenizar as miseráveis mulheres. As distâncias sociais entre a mãe do deflorador e a deflorada não permitem solidariedades de gênero. A matrona branca obriga o marido a livrar o filho de um casamento desonroso com a parda pobre. Segue-se então artigos

na imprensa cúmplice a enlamear o nome da costureira que tentara prejudicar “o nome e o futuro do jovem e inexperiente academico”. A “honesto costureira”, seduzida pelo homem branco, estava definitivamente perdida, nem corpo de delito fizeram, nem inquérito policial (MARQUES, 1888: 139, 141 e 144). E o rapaz assim acobertado continuou sua degeneração enquanto jogador, alcoólatra e ladrão para alimentar o vício. O roubo de uma *cadeia de ouro* ao futuro genro fora logo imputado à criada.

Em episódio em que o rapaz mimado chega a casa insistindo para almoçar antes da refeição pronta, a criada responde sem se curvar ou temer as ameaças de violências que ele fazia, dizendo “atrevidamente que não era captiva de branco nenhum” (MARQUES, 1888: 174). A criada julgava-se livre para servir a quem quisesse. Sem escravos para mandar, a família fidalga dependia dos serviços de uma criada insubmissa que a patroa não ousava despedir. Contando o episódio à matrona, mostrava-se indignada por ser chamada de “atrevida negra, e com perdão da palavra – safada!”, ao que respondeu, batendo no peito, “que era livre e muito livre, não era captiva de ninguém, não levava chicote, servia enquanto quisesse...” (MARQUES, 1888: 176). A autoridade estava se afrouxando na decadente família baiana. Marques parece ecoar os medos da elite diante da iminente Abolição da escravidão em 1888.

Mas é em *O feiticeiro* que Marques, como bom muralista, melhor pinta a sociedade da Salvador de fim de século: os arrabaldes da cidade e seus batuques de candomblé; a festa do Dois de Julho e os temores com o avanço do espírito republicano; a vida dos grupos médios da sociedade baiana, a relação entre pretos e brancos, escravos e senhores; a criouliização do candomblé e a presença africana nos cultos e na vida social da cidade. Meu interesse é ver como criadas e agregadas de cor interferiam na dinâmica doméstica dos brancos, e como questões raciais, sociais e de gênero aparecem no livro.

O fulcro do romance é a vida do Oficial da Guarda Nacional e comerciante Paulo Bôto, de sua família e agregados. A parda Josepha e a *morena* Pomba, a primeira “despenseira” em um internato para crianças e a segunda costureira, eram agregadas da família Bôto, tendo franco acesso a todos da casa. Vez ou outra, Josepha até auxiliava nos serviços domésticos, algo comum para agregados (MARQUES, 1922: 219 e 221). Havia até suspeitas de que Josepha, em tempo já distante, teria se relacionado com o falecido marido da sogra de Bôto, sendo Pomba filha dessa relação. De fato, o que se tinha certeza era o anseio da *despenseira* de “limpar a geração”, ou seja, embranquecer. Mas Pomba tem fortes origens africanas e é conhecedora e praticante do candomblé. Enquanto a própria mãe enredou a família Bôto, com o declarado apoio do chefe da família (ele próprio um apadrinhador e

cliente branco dos terreiros de candomblé), numa luta de feitiço contra outra família com a intenção de casar Eulália com importante filho do Comendador Nery, um bom partido, portanto. A felicidade das agregadas mestiças coloca-se, dessa maneira, como atrelada à felicidade dos brancos com os quais se relacionam, mas sem esquecer os benefícios das relações com pais-de-santo poderosos em questões de feitiço.

A família Bôto, em condições econômicas piores do que em tempos passados, não pode dispensar um casamento rendoso aos moldes da época, e precisa do auxílio de vasta rede a que se associam mais pessoas do que as agregadas mestiças. Afinal, Marques elabora uma hierarquia racial da maior ou menor intimidade com os rituais do Candomblé: quanto mais escura a cor da pele, e se acentua a africanidade (“puras africanas” e “suas filhas”), maior o conhecimento ritual (MARQUES, 1922: 41). É a deixa para que escravas domésticas de cor preta apareçam como mediadoras da relação entre brancos e candomblezeiros, empoderando-se perante brancos desesperados de suportes do mundo espiritual. A mediação típica para a realização de casamentos ocorria da seguinte forma: o interessado pegava com a criada algum objeto íntimo da pessoa com quem se queria casar e o levava ao candomblezeiro para realizar o ritual (MARQUES, 1922: 145). É claro que a criada, escrava ou não, tinha seu quinhão garantido.

Belmira, lavadeira e filha de santo, de condição escrava, luta pela sua liberdade, e o faz aproximando-se de Bôto, a quem respeita não só pela sua condição racial e social, mas pelos vínculos que ele mantém com o mundo do candomblé, como protetor e padrinho. Ela não é escrava de Bôto, mas sabe ser deferente com seu “yôyô”, de quem recebe agrados e a promessa de alforria. Já tendo lavado roupa para a família do comendador Nery, ela é incumbida de se informar com a criada Marciana onde está Amancio, pretendente de Laly. Xavier dá a entender que os brancos, por acreditarem no “feitiço”, estão nas mãos de negros e negras africanos (ou africanizados), tendo as criadas por mediadores culturais e sociais. Belmira, além de obter do negociante promessa de auxílio à compra de sua alforria, recebe, em nome de Oxum, “alguns metros de madraço e fitas, e mais uma carta de alfinetes e novellos de linha.” (MARQUES, 1922: 161 e 163). A etnocêntrica Laly, apaixonada por Amancio, abranda seu preconceito e se aproxima da costureira mulata africanizada e conhecedora dos mistérios dos orixás (MARQUES, 1922: 179). Mas são mesmo as lavadeiras que, por seu ofício móvel, adentram os lares para receber e entregar roupas, que promovem esses trânsitos culturais.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Sobre a presença de lavadeiras em batuques de candomblé, ver REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 24-25.

Marques parece inclinado a transferir para a “preta Belmira” seus preconceitos contra uma suposta inferioridade cultural da escrava e dos africanos em geral. O próprio Paulo Bôto, ao ouvir da escrava proposta de vingança contra a mãe da rival de Laly (que disputava com esta as atenções de Amancio), mostra-se como que amedrontado: “Paulo Bôto folgou não precisar pedir-lhe esse “serviço”. Contemplou-a com ar curioso, pensando na perversidade que machinaria aquela cabeça negra de abutre.” (MARQUES, 1922: 233-234). O escritor nunca é tão crítico com os brancos que acreditam e temem os “feitiços”, embora denuncie o comportamento condescendente dos brancos o tempo inteiro. Mas é a “endiabrada Belmira” que age diretamente em questões de magia e feitiço. É ela quem prepara o prato do feitiço em que a mãe da rival de Laly pisa: fato contado aos cochichos pela despenseira (que deve ter sabido de tudo pela criada da própria família adversária), para que a criada de Bôto não faça enredos. Seja como for, esta escuta tudo: “A’ porta da cosinha apareceu o focinho negro da creada com a dentadura á mostra, num sorriso boçal.” (MARQUES, 1922: 270-272). Como o pernambucano Vilela, Marques constrói descrições físicas das criadas pretas que as embrutecem perante o leitor: elementos raciais e sociais, combinados, marcam a identidade de serviçais “incivilizados” na Salvador de Marques. Ao menos esteticamente, sua representação da mestiça é mais favorável. A costureira mestiça é bela, ainda que o modo de apresentá-la ao leitor reforce as recorrentes imagens de sensualismo e volúpia como estereótipos raciais da mestiça “trigueira” (MARQUES, 1922: 10).

Associo esses textos escritos ao final do século XIX com outros datados já do século XX. Se os costumes da Salvador do século XIX tem em Xavier Marques um dos principais muralistas, a Recife do mesmo período encontra em Mário Sette o seu narrador apaixonado. As civilizadas e cosmopolitas cidades do Norte do Império são o tema mais importante de suas narrativas. Sette, católico visceral, nascido quando a escravidão já estava esmaecendo nos idos de 1886, nem por isso se sente menos homem dos tempos da escravidão. Sua atividade como escritor ganha fôlego a partir das décadas de 1920 e 1930, mas seus temas mais caros estão em uma Recife mais arcaica, anterior à modernização do porto no início da segunda década do século XX.

A leitura de romances como *Seu Candinho da farmácia* (1933) e *Os Azevedos do Poço* (1938) mostram um Sette atento para a transição entre Monarquia e República, escravidão e trabalho livre.<sup>3</sup> O autor tem saudades dos escravos enquanto servidores fiéis e submissos, não da instituição da escravidão em si mesma. Em determinada ocasião, o escritor, como homem

---

<sup>3</sup> Como são obras editadas em um mesmo volume datado de 2005 sob o nome de *Romances urbanos*, alerto que as referências até a pág. 224 são *Seu Candinho*, e a partir da pág. 245 são de *Os Azevedos*.

de classe média desvinculado da propriedade agrária, é quase um abolicionista extemporâneo ao dizer que quem tem saudade da escravidão é o senhor que não tem braços para o trabalho, a dona de casa sem mucamas, a “mocinha” sem a “moleca” para atender seus caprichos, e o “filho que não encontra facilmente a mulatinha virgem e passiva para as experiências do sexo.” (SETTE, 2005: 300).

E aqui introduzo um comentário que vale para as duas obras: há nítida divisão de papéis entre mulheres racialmente distintas, pretas e mulatas/crioulas, embora estas possam ser incluídas na condição geral de subordinadas à dominação de classe, raça e gênero diante de homens brancos de classes mais elevadas. As pretas são evocadas como signo de submissão ao trabalho, como fiéis serviçais e afetivas, numa sinonímia com a condição jurídica de escravas; as mestiças, em geral, são erotizadas em mais de uma passagem, e seu papel está ligado ao desejo masculino senhorial por “mulatinhas” no período escravista, ou, após a Abolição, ao desejo de homens que com elas se amancebavam. A figura do “morenã” sustentada por amantes (às vezes nem sustentadas eram), e da crioula divertida à frente de clubes festivos e carnavalescos, estandartes à mão, reiteram imagens de mestiças sensuais e envolventes, potencialmente desonráveis, sobretudo quando em condições sociais mais desfavoráveis. (SETTE, 2005: 88, 195, 214, 250, 267, 289, 398). A mulata/crioula desejada e a preta servil surgem como herdeiros sociais da escravidão, como dependentes, mas com destinos diversos.

O escritor Sette não esconde sua predileção por personagens pobres ou apenas remediados. Precursor do romance “nordestino”, procura conferir verismo aos seus relatos ficcionais, à construção de tipos regionais. Pretas de tabuleiro, criadas escravas e de condição livre (em menor escala os criados), são figuras permanentes em seus textos e em sua própria vida. O signo *preta* ou *pretas* (o plural é mais comum) reforça imagens de relações sócio-raciais amenas, de fidelidades construídas desde longe, marcando permanências de distâncias sociais onde a cor aproxima os sujeitos em laços costumeiros. Pelo tempo de seu nascimento, Malaquias (alter-ego de Mário Sette) viveu ainda sob o clima social do “tempo do cativo”, na “convivência da gente preta ainda cheia de obediência, de ternura, de dedicações.”. Muitas escravas e escravos não eram de fato “pretas” em termos de fenótipo, mas a cor opera como metáfora da condição servil e subalterna, e ainda como termo afetivo quando na expressão “mãe-preta”. Afetivo enquanto dependente, servil, generoso para com brancos. Em Sette, a permanência de traços de servilismo após 1888 por parte de antigos escravos remete ao uso de um capital simbólico a que os libertos recorriam sempre que necessitavam de pequenos

presentes e atenções das pessoas brancas com as quais conviveram ou delas foram escravas (SETTE, 2005: 268).

O cronista recifense também flagra solidariedades de classe entre criadas no início do século XX. Ao caminho do Mercado de São José, “pares de criadinhas e cozinheiras” falavam abertamente de seus patrões, confidenciando amarguras e segredos. Pequenas vinganças, revelações de detalhes pouco lisongeiros da vida íntima patronal, rebeldias surdas, mas ainda assim, essa aproximação entre criadas no meio urbano permite compartilhar experiências sociais importantes em sua formação enquanto classe distinta e oposta a seus empregadores. Por essas conversas, sabiam quais patrões eram caloteiros, intimidadores, orgulhosos (SETTE, 2005: 140 e 186).

Para finalizar, e como contraponto, trago ao debate mais uma obra produzida em solo baiano, *Longos serões do campo*, de Anna Bittencourt (publicado em 1992, mas escrito nos anos 1910 e 1920). Escrita em dois volumes, sob o gênero das memórias familiares, os *Serões* narram fatos vividos e contados por sua mãe ou pela própria romancista no tempo de sua infância e juventude, nos idos de 1840 e décadas seguintes. De família rica, proprietária de fazendas e escravos, a autora tivera uma vida comum a tantos outros membros da elite brasileira, na dependência do trabalho escravo. O capital familiar sofreu forte abalo com a Abolição, o que dá a entender que, embora ela e o marido fossem abolicionistas, nunca deixou de possuir escravos. Entretanto, toda a obra da escritora mantém um nítido discurso humanista de inspiração romântica.<sup>4</sup> Sem se mostrar amargurada com a vida sem escravos, a solitária narradora povoa sua solidão com imagens idílicas (edificantes) de antigas relações entre senhores bons e escravos fiéis. Sempre que possível, elide de suas memórias referências raciais para justificar diferenças reais entre os grupos. Mulher de educação superior à que era comum entre os membros de sua classe e gênero no meio rural do Recôncavo Baiano, Anna Bittencourt constrói um discurso universalista cristão que tenta harmonizar a ordem doméstica e social, mantendo, todavia, inalteradas (porque sem relevância para ela) hierarquias de gênero, raça e classe. A apologia do trabalho, a ênfase em valores morais universais, o elogio da família estável não combinam com acirramentos de conflitos em qualquer desses níveis.

Nada de erotização explícita de mucamas mulatas ou de imagens de “pretas” boçais, ignorantes, brutais. Vícios e virtudes não têm, em si, relações com lugares raciais, de gênero e de classe. Nesse ponto, ela não precisa construir uma racialização positiva de criados e criadas

---

<sup>4</sup> Sobre o discurso humanista e romântico, ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Anna Ribeiro e a solidão da escrita. Literatura feminina: Bahia, 1840/1930”, pp. 2958. In *Humanas* – Revista do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS, Ano 1, N. 1. Feira de Santana: EEFS, 2002.

negras, como faz Sette. Muito menos construir imagens bestiais de pessoas em condições de subalternidade, como Vilela e Marques, por exemplo. Ela se aproxima mais de Theotônio Freire, para quem as virtudes (trabalho, honra, obediência, fidelidade, bondade) devem prevalecer sobre diferenças raciais, de gênero e classe. Senhores bons para escravos domésticos bons. Patrões bons para criados bons.

**Bibliografia:**

BITTENCOURT, Anna. *Longos serões do campo*. Vol 1/2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992;

FREIRE, Theotônio. *Passionário e Regina*. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;

SETTE, Mário. *Romances Urbanos*. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

VILELA, Carneiro. *A Emparedada da Rua Nova*. 4ª ed. Recife: Ed. do Organizador, 2005.